

PROTOCOLO
Instalação, organização e Funcionamento
do Julgado de Paz de Cascais

Considerando que:

Os julgados de paz constituem uma forma inovadora de administração da Justiça dirigida aos Cidadãos e, nessa medida, subordinada aos princípios da proximidade, simplicidade e celeridade, em que se reforça a tutela efectiva dos direitos e garantias processuais.

Os julgados de paz estão vocacionados para a participação cívica e responsabilização das partes na superação dos conflitos em que intervêm, uma vez que estas podem optar pela mediação – meio não adversarial de resolução de litígios – ou pelo julgamento pelo juiz de paz, privilegiando-se, em qualquer dos casos, a consensualidade, contribuindo-se, desta feita, decisivamente, para a almejada pacificação social.

As assinaladas características inerentes aos julgados de paz e o desenvolvimento da sua actividade assentam na estrita colaboração entre o Ministério da Justiça e o Poder Local, da qual resulta a convergência entre, respectivamente, o dever de administrar a justiça e o de interpretar e acorrer às necessidades e aspirações dos Municípios.

Os julgados de paz enquadram-se, pelas razões assinaladas, no programa do XVIII Governo Constitucional, nomeadamente na política desenvolvida pelo Ministério da Justiça, no sentido de promover o acesso ao Direito e alargar a oferta do sistema de justiça a novos meios de resolução alternativa de litígios, permitindo a resolução de conflitos de forma célere e económica para as partes e, em simultâneo, promover o descongestionamento dos Tribunais.

Da última avaliação efectuada, relativamente ao funcionamento dos julgados de paz existentes, concluiu-se que estes são eficientes e eficazes, recomendando-se o

Handwritten signature and initials

desenvolvimento e reforço da rede dos julgados de paz com vista ao seu alargamento a todo o território nacional.

O Município de Cascais manifestou vontade em dispor de um julgado de paz.

O Ministério da Justiça, representado pelo Ministro da Justiça, Alberto Martins, e o Município de Cascais, representado pelo seu Presidente da Câmara Municipal, António Capucho, celebram o presente Protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

O presente Protocolo tem por objecto regular a instalação, organização e funcionamento do julgado de paz do Município de Cascais, que abrange todas as freguesias do Concelho, o qual ficará localizado na Rua Manuel Joaquim Avelar, nº 118 – Edifício Cascais Center, Piso 2, 2750-421 Cascais, instalações que serão facultadas, para o efeito, pelo Município.

SEGUNDA

Ao Ministério da Justiça, através do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios, compete:

- a) Proceder ao acompanhamento da instalação e funcionamento do julgado de paz;
- b) Promover a formação dos meios humanos que integram os serviços de atendimento e apoio administrativo do julgado de paz;
- c) Suportar os encargos relativos à remuneração dos juízes de paz e deslocações em serviço;
- d) Elaborar e actualizar, nos termos da lei, a lista dos mediadores que prestam serviço no julgado de paz;
- e) Suportar os encargos decorrentes da actividade dos mediadores;
- f) Proceder ao acompanhamento formativo dos meios humanos;
- g) Instalar o sistema informático que permita a gestão integrada do julgado de paz;
- h) Proceder à divulgação do julgado de paz.

ju.
7

TERCEIRA

Compete ao Município de Cascais:

- a) Disponibilizar as respectivas instalações, compreendendo designadamente:
 - Gabinete dos juizes de paz;
 - Gabinete dos mediadores;
 - Sala de audiência de julgamento;
 - Sala de mediação;
 - Sala de pré-mediação
 - Sala de testemunhas;
 - Sala de Espera;
 - Sala de apoio administrativo;
 - Sala de atendimento.
- b) Realizar e suportar os encargos com a execução das obras destas instalações, dotando-as de dignidade, privacidade, climatização e insonorização, consentâneas com a utilização que delas é feita;
- c) Dotar as instalações de mobiliário e equipamentos, incluindo o informático, assegurando, ainda, a respectiva manutenção;
- d) Dotar as instalações com os meios de segurança adequados;
- e) Fornecer os bens consumíveis e documentação técnica necessária;
- f) Suportar os encargos do abastecimento de água, fornecimento de electricidade e bem assim, as despesas de comunicação;
- g) Assegurar a manutenção e limpeza das instalações;
- h) Disponibilizar os meios humanos para os Serviços de Atendimento e de Apoio Administrativo e suportar os encargos inerentes à sua remuneração;
- i) Suportar os encargos com a aquisição de módulos ou passes de transportes públicos ou facultar o meio de transporte necessário, de forma a permitir a pratica do acto de citação ou notificação pessoal das partes ou outras deslocações em serviço que se revelem necessárias.
- j) Apoiar a divulgação do Julgado de Paz.

Lu.
7/

QUARTA

Sem prejuízo de eventuais ajustamento ditados pelas necessidades de funcionamento do julgado de paz, é este dotado de:

- a) Um (1) juiz de paz;
- b) Os mediadores que constam da lista a que se refere o n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho;
- c) Quatro (4) elementos no serviço de atendimento;
- d) Três (3) elementos no serviço de apoio administrativo.

QUINTA

- 1- O horário de funcionamento do julgado de paz é das 9 horas às 18 horas, de segunda a sexta-feira.
- 2- O horário de atendimento do julgado de paz é das 9 horas e 15 minutos às 17 horas e 30 minutos, de segunda a sexta-feira.

SEXTA

- 1-O presente Protocolo vigora pelo prazo de um ano a contar da data da sua assinatura, sendo susceptível de renovação automática por iguais períodos de tempo.
- 2-As partes podem denunciar o presente Protocolo, desde que manifestem expressamente a sua vontade, por qualquer forma escrita, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data do seu termo.

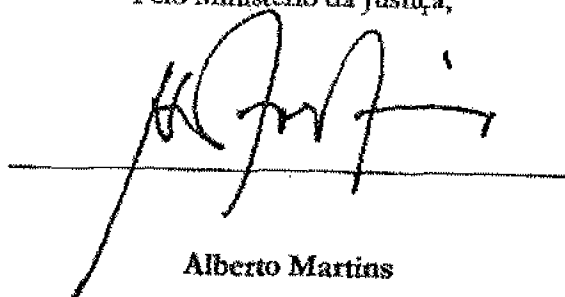
SÉTIMA

O presente Protocolo pode ser objecto de revisão sempre que se verifiquem alterações de circunstâncias, imperiosas e fundamentadas, nomeadamente as decorrentes do efectivo funcionamento do julgado de paz e de orientações e recomendações acolhidas pelo Ministério da Justiça.

Feito em duplicado,

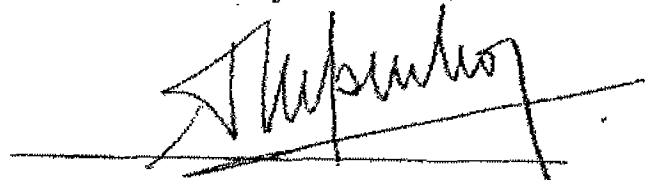
Cascais, 25 de Novembro de 2010.

Pelo Ministério da Justiça,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Alberto Martins', written over a horizontal line.

Alberto Martins
Ministro da Justiça

Pelo Município de Cascais,

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'António d'Orey Capucho', written over a horizontal line.

António d'Orey Capucho
Presidente da Câmara Municipal de Cascais